

98922-2005-007-09-00-7 – 2ª TURMA

Relator: PAULO RICARDO POZZOLO

Publicado no DJPR em 25-09-2007

TUTELA INIBITÓRIA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. A tutela inibitória é aquela que visa à prevenção da prática, da repetição ou da continuação de uma conduta antijurídica, ilícita ou danosa, positiva ou negativa, contratual ou extracontratual. No presente caso, a tutela inibitória positiva visa evitar a omissão futura de o Reclamado descumprir a lei 10.097/2000, ou seja, o Ministério Público do Trabalho, no exercício de ação civil pública, cumprindo o seu sacerdócio constitucional, postulou que o Reclamado - que deve atender também a sua função social -, cumpra a legislação do trabalho com nítido caráter social, contratando menores aprendizes para que aprendam um ofício e se integrem ao mercado de trabalho.

00199-2009-657-09-00-3 – 4ª TURMA

Relatora: SUELI GIL EL-RAFIHI

Publicado no DEJT em 28-09-2010

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ. TUTELA INIBITÓRIA. A tutela jurisdicional postulada pelo MPT não se volta à mera contratação casuística de trabalhador aprendiz pela Ré, mas sim à continuada observância da cota legal do art. 429 da CLT. O ordenamento jurídico defendido pelo MPT deve ser respeitado continuamente, e não apenas quando a empresa Ré é citada em uma ação coletiva. A tutela pleiteada é inibitória (art. 84, CDC, e art. 461, CPC), ou seja, direciona-se à observância ininterrupta das normas trabalhistas pela empresa, através da imposição judicial de obrigação de fazer (manutenção de contratos de aprendizagem dentro da cota legal). Se o Poder Judiciário não outorgar um provimento direcionado ao futuro, nada impedirá a reiteração da conduta ilícita do empregador. Recurso a que se dá provimento.